

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP

Chave de correção final da Prova Discursiva – QUESTÃO N° 01

1.QUESTÃO

No Direito Administrativo, indique cinco meios de intervenção do poder público na propriedade privada. Redija um texto dissertativo, **que contenha de 10 a 15 linhas**, que aborde, necessariamente:

- I. o conceito dos institutos;
- II. a forma de transferência da propriedade.

2. ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS) e PONTUAÇÃO

2.1. CRITÉRIO ASPECTO FORMAL – 5,0 pontos

Domínio da norma culta da língua, no seu registro formal; pontuação, ortografia, concordância, regência, uso adequado de pronomes, emprego de tempos e modos verbais.

2.2. CRITÉRIO ASPECTO TEXTUAL – 5,0 pontos

Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada, paragrafação; uso adequado de conectivos e elementos anafóricos, observância da estrutura sintático-semântica dos períodos.

2.3. CRITÉRIO ASPECTO TÉCNICO – 10 pontos

Atendimento à proposta temática, seleção e organização de argumentos consistentes que fundamentem a tese, demonstração do conhecimento jurídico, progressão temática coerente, propriedade vocabular, clareza, apropriação produtiva e autoral do recorte temático.

A questão discursiva solicitou ao candidato a indicação de cinco meios de intervenção do poder público na propriedade privada. Dos sete meios de intervenção abaixo elencados, serão considerados até cinco meios indicados pelo candidato na questão. Aqueles que não foram indicados pelo candidato serão desconsiderados para efeito de correção.

1. Desapropriação: A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização, prévia e em dinheiro. (2,0)
2. Confisco: ocorre com a transferência forçada da propriedade rural ou urbana quando ficar caracterizada a sua utilização para plantação ilegal de psicotrópicos ou pela configuração de trabalho escravo, quando, então, haverá a desapropriação do bem sem que seu antigo proprietário faça jus a qualquer tipo de indenização. (2,0)
3. Requisição é o meio de intervenção na propriedade que implica a transferência compulsória e temporária da posse, utilizada nas hipóteses de iminente perigo público, podendo gerar indenização para o proprietário, mas tão somente se houver dano. (2,0)

4. Ocupação temporária é a forma de limitação do Estado à propriedade privada que se caracteriza pela utilização transitória, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público. (2,0)
5. Limitação administrativa é o meio de intervenção na propriedade que traz restrições quanto ao uso, (obrigação de não fazer é imposta em benefício do interesse público genérico), sem perda da posse, por meio de imposição geral, gratuita e unilateral. (2,0)
6. Servidão: As servidões administrativas se caracterizam também como meio de intervenção na propriedade que traz restrições quanto ao uso, sem perda da posse, traduzidas pela imposição de um ônus real para assegurar a realização e a conservação de obras e serviços. (2,0)
7. Tombamento é forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que traz restrições quanto a seu uso, por razões históricas, artísticas, culturais ou ambientais. (2,0)

Total: 20,0 pontos.